

PREZADO GOVERNADOR JOÃO DÓRIA

PREZADO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL ANTONIO MALUFE



Litoral de São Paulo, 30 de Julho de 2020.

O tempo tem sido implacável com a pesca costeira do litoral de São Paulo. A inação nunca foi tão perversa como no caso que venho relatar. Historicamente, o Estado de São Paulo, apesar de ter uma Lei Estadual de Pesca desde 2002, nunca a colocou em prática. O resultado foi o aumento das áreas de exclusão de produção, conflitos de legislação por falta de protagonismo do Estado, aliado a uma recorrente falta de estatística do setor e controle de informação com sucateamento da infraestrutura de apoio, o que aumentou tremendamente os custos de produção afastando as novas gerações do setor pesqueiro, deixando-o senil e desesperançado. COMO QUE INVOLUNTARIAMENTE O ESTADO, SEM SABER, CRIARA TODAS AS CONDIÇÕES PARA UMA TENEBROSA TEMPESTADE PERFEITA.

O GT de Monitoramento da Pandemia criado pelo Governo para monitorar as atividades produtivas do Estado, não tem recebido atenção quanto à agenda da pesca marinha, que envolve ao menos 30 mil famílias direta e indiretamente. Apesar do diagnóstico realizado pela CATI/SAA (atual CDRS) com nosso apoio, nenhuma resposta recebemos. Tudo indica que as outras agendas do agro abafam toda a importância do setor produtivo pesqueiro paulista.

Este setor responsável por trazer alimento único ao prato dos paulistas, o pescado selvagem, também representa a alegria, descanso e alívio cultural para toda vida urbana e interiorana do Estado, pois pesca é mar, é paisagem, é beleza, é imensidão.

Pedimos encarecidamente a atenção dos senhores.

Desde a histórica reunião de Fevereiro de 2020, onde a Casa Civil, de maneira firme e decisiva, determinou que a Secretaria da Agricultura (SAA) e a Secretaria de Meio Ambiente (SIMA) AVALIASSEM A NOSSA PROPOSTA DE MINUTA DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA PESCA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ABSOLUTAMENTE NADA ACONTECEU.

O que se observa é uma confusão sobre quem trata da questão da pesca marinha no Estado. Sabemos que o Instituto de Pesca necessita de concurso público e carece de pessoal para lidar com a demanda, por outro lado, a Secretaria de Meio Ambiente não possui pessoal para lidar com a matéria, já que trabalha com a defesa ambiental e não com fomento da atividade o que é bem diferente. A pesca está entre esses dois segmentos: a produção de alimento natural, porém, respeitando a defesa ambiental. É tratada, na nossa ótica nos últimos 15 anos, já que convivemos e vivemos dentro do setor, como o filho que ninguém quer.

Atualmente - e o atencioso Secretário Antonio Carlos Malufe tem conhecimento disso - o Estado não tem cumprido as metas previstas nas determinações que ele mesmo se impôs com relação à metodologia para ordenamento pesqueiro devido à lista das espécies ameaçadas de extinção que vêm desde o Governo do Marcio França. Ao mesmo tempo, já há 30 dias não temos recebido qualquer resposta por conta da proposta de regulação da rede de superfície nas águas marinhas que tramita na esfera federal e aguarda posicionamento oficial do Estado.

A falta de decisão e cuidado com a agenda pesqueira em São Paulo tem ocasionado muito prejuízo e conflitos desnecessários. A ausência de atenção e liderança com essa agenda da pesca no Estado tem colocado o setor em situação de grande dificuldade diante da necessidade de normatizar e regular os instrumentos de gestão pesqueira.

NECESSITAMOS URGENTEMENTE FALAR SOBRE ISSO. JÁ APRESENTAMOS TODAS AS PROPOSTAS, MAS PRECISAMOS DA POSIÇÃO DO GOVERNO.

FABRÍCIO GANDINI CALDEIRA

OCEANÓGRAFO, MSC.

DIRETOR—PRESIDENTE

INSTITUTO MARAMAR PARA A GESTÃO RESPONSÁVEL DOS AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS